

APÊNDICE I

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO ALF/STS Nº 01/2022
(Processo Administrativo nº 11128.722.254/2021-03)

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL

(Equipe de Planejamento designada pela Portaria ALF/STS nº 175, de 23 de outubro de 2020)

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

A presente análise tem por objetivo fornecer informações necessárias para subsidiar a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de **Vigilância e Segurança Patrimonial**, armada e desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes e de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender às necessidades da Alfândega da RFB do Porto de Santos, Delegacia da RFB em Santos e Agências jurisdicionadas nas cidades de Guarujá, Praia Grande, Itanhaém e Registro.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação visa a continuidade dos serviços de vigilância, de forma a garantir a segurança do patrimônio público contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita, bem como de assegurar a integridade física dos servidores, colaboradores em desempenho de suas atividades, e daqueles que eventualmente transitam pelas instalações das unidades da RFB na baixada santista.

Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio 2017.

Atualmente os serviços de vigilância patrimonial são prestados por meio dos Contratos ALF/STS nº 08/2019 (contratação pelo período remanescente do Contrato ALF/STS nº 01/2016) e DRF/STS nº 02/2017, ambos prorrogados de forma excepcional até os dias 31/03/2022 e 17/05/2022, respectivamente, ou até o término da presente contratação.

Em decorrência da fusão de UASG entre as unidades da ALF/STS (gestora) e DRF/STS (administrativa vinculada), após a Publicação do Novo Regimento Interno da Secretaria Especial

da RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e objetivando a economia de escala, as contratações serão conjuntas, considerando as características de cada unidade para o atendimento eficaz da demanda.

Cumprir destacar que as disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal, dispõe que a contratação das atividades correspondentes poderão ser objeto de execução indireta. A categoria profissional em questão não integra o rol de cargos da Administração Pública Federal.

3 – ÁREA REQUISITANTE

Serviço de Programação e Logística da ALF/STS
Responsável: Rafael Abdala Silva e Silva – Chefe do SEPOL

4 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.1.1. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte:

4.1.1.1. Descrição Geral - Vigilante - CBO - nº 5173-30 - Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

4.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

4.2.1. Implantar, após o recebimento da Ordem de Serviço, a mão-de-obra nos respectivos Postos relacionados no anexo Tabela de Locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido;

4.2.1.1. A prestação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial envolve a alocação, pela CONTRATADA de profissionais devidamente habilitados e portando a respectiva Carteira Nacional de Vigilante, nos termos da Lei nº 7.102 de 20/06/1993, do Decreto nº 89.056 de 24/11/83 e nº 1.592 de 10/08/1995, pela Portaria DPF nº 3.233/2012, de 10 de dezembro de 2012, e suas alterações.

4.2.1.2. A execução do objeto compreende além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços.

4.2.3. Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

4.2.4. Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

4.2.4.1. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

4.2.5. Apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos;

4.2.6. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;

4.2.7. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

4.2.8. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

4.2.9. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

4.2.10. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da contratante;

4.2.11. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

4.2.12. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

4.2.13. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;

4.2.14. Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno 07h/15h e noturno 15h/23h) alternados;

4.2.15. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

4.2.16. Não há previsão de deslocamentos ou pernoites em razão da própria natureza do serviço, sendo facultado à Administração contratante alterar o local de prestação dos serviços, desde que com comunicação prévia à Contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias no caso de

alteração de sede de algum dos órgãos abaixo ou dos órgãos que vierem a suceder-lhes, restrita à circunscrição do mesmo município.

4.3. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

4.3.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

4.3.1.1. O serviço a ser licitado caracteriza necessidade permanente desta Administração, possui natureza continuada, de acordo com o art. 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Sendo fundamental para realização das atividades instrumentais ou complementares das atividades finalísticas do Órgão. A falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa e na segurança patrimonial, com possibilidade de dano ao interesse público.

4.4. EVENTUAL NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO GRADUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TÉCNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS.

4.4.1. A prestação de serviços em questão não enseja a necessidade da contratada promover transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria das empresas que atuam no ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

4.5. SOLUÇÕES DE MERCADO

4.5.1. A solução da presente contratação decorre da legislação que regula a matéria e, no caso específico da Receita Federal do Brasil, pela Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896, de 10 de dezembro de 2020.

4.5.2. Foram observadas as diretrizes estabelecidas no Caderno de Logística expedido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme determinado no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017.

4.5.3. Nas consultas a contratações similares realizadas por unidades da RFB e outros órgãos, não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da demanda.

4.5.4. As especificações do serviço seguem padrões usualmente praticados pela Administração Pública e permite adequadas condições de concorrência entre diversos licitantes.

4.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.7. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.7.1. A vigilância patrimonial é uma atividade meio da Administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, na presente contratação a empresa a ser contratada deverá observar as boas práticas sustentáveis previstas no Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial do MP, em especial:

- a) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- b) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- c) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- d) disponibilizar os equipamentos de Proteção individual aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- e) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- f) observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- g) utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- h) eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão;
- i) destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;
- j) cumprir as normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- k) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.
- l) providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.1.17.1. Os serviços, também, deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada análise das contratações similares de outras unidades da RFB, nos exercícios 2020 e 2021, com os mesmos postos e escalas de trabalho, juntamente com pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal do Brasil.

Foram encontradas as seguintes licitações com o mesmo objeto:

IDENTIFICAÇÃO	UASG	PREGÃO	DATA
DRF/Ribeirão Preto	170138	02/2020	19/05/2020
DRF/Guarulhos	170144	05/2020	24/07/2020
DRF/São José dos Campos	170262	02/2020	15/12/2020
DRF/Presidente Prudente	170137	02/2020	08/06/2020
SRRF08	170131	05/2021	29/06/2021
Polícia Federal/SP	200360	13/2020	31/08/2020
Polícia Rod. Federal/SP	200117	05/2020	05/08/2020
EMBRAPA/CPS/SP	135027	01/2020	18/02/2021
IFECT/SP	158344	59/2021	29/06/2020

Não existem novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da demanda, o tipo de solução a contratar é predominante nas contratações da Administração Pública Federal e segue as orientações do Caderno de Logística expedido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta visa alcançar os resultados pretendidos e atender as necessidades da demanda, mantendo os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço comum de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna.

O modelo adota a unidade de medida de postos de trabalho com escalas específicas, em conformidade ao parágrafo 2º do Anexo VI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto compreende além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos serviços.

6.1.1. Os uniformes e equipamentos a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.1.1.1. A relação de itens será discriminada no Termo de Referência e em Módulo específico da Planilha de Custos e Formação de Preços.

6.2. Escalas e distribuição dos postos:

Postos	Unidade	Quantidade
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira (8 Postos)	ALF/STS	3
	DRF/STS	1
	ARF/Guarujá	1
	ARF/Praia Grande	1
	ARF/Itanhaém	1
	ARF/Registro	1
12X36, armado, diurno, de segunda-feira a domingo (4 Postos)	ALF/STS	2
	DRF/STS	2
12X36, armado, noturno, de segunda-feira a domingo (4 Postos)	ALF/STS	2
	DRF/STS	2
TOTAL		16

6.2.1. Pelo menos 1 (um) dos 3 (três) postos com escala de 44 horas semanais, destinados à ALF/STS, deverá ser preenchido por vigilante do sexo feminino.

6.2.2. Os serviços serão executados todos os dias, com as seguintes escalas:

a) Para os postos de vigilância com carga horária de 44 horas semanais de segunda à sexta, em turnos de 8:48h, compreendo o período das 08:00h às 17:48h, com intervalo de 1 (uma) hora para almoço, não excedendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

b) Para os postos de vigilância com 12 horas diurnas, em turnos de 12x36 horas, de segunda-feira a domingo, das 07:00h às 19:00h.

c) Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas, em turnos de 12x36, de segunda-feira a domingo, das 19:00h às 07:00h.

6.2.2.1. O intervalo intrajornada deverá ser gozado durante o horário de trabalho.

6.2.2.2. É vedada a realização de horas extras.

6.2.2.3. Os horários e turnos de prestação dos serviços poderão sofrer alteração a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e necessidade da CONTRATANTE.

6.3. O **prazo de vigência** do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses. Os serviços terão início na data constante nas Ordem de Serviço expedida pela Contratante.

6.4. O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, pois trata-se de execução de serviços por preço certo e total, cuja liquidação de despesa não envolve medição unitária de quantitativos de cada serviço.

6.5. Será adotado o mecanismo de **conta vinculada** em preterição ao de pagamento pelo Fato Gerador em razão da melhor previsibilidade do fluxo financeiro e segurança para a Administração de que os compromissos trabalhistas serão honrados pelo aprovisionamento.

6.6. Será exigida **garantia contratual** que assegurará o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização contratual, prejuízos diretos causados à Administração contratante, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, bem como obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

6.7. Será utilizado o **Instrumento de Medição de Resultado – IMR**, que tem por objetivo avaliar constantemente a execução do objeto a aferir a qualidade dos serviços prestados. A medição da qualidade dos serviços prestados pela contratada será feita por meio do sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

6.8. A contratação deverá abranger adequadamente e de forma a operacionalizar com eficiência as obrigações da Contratada e Contratante e as respostas aos riscos, quanto as exigências típicas de contratos de vigilância e segurança patrimonial com dedicação exclusiva de mão de obra.

6.9. As obrigações da contratante e da contratada, bem como, o modelo de execução e informações adicionais estarão dispostas no Termo de Referência.

CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.10. Será usado o pregão eletrônico no **modo de disputa aberto**, sendo modalidade de ampla competitividade na fase de lances, que somente se finda quando os valores se estabilizam, podendo, ainda, caso não ocorra a prorrogação automática, ser reiniciada pelo pregoeiro, justificadamente, com o objetivo de obter melhor preço.

A opção pelo modo de disputa aberto visa trazer vantajosidade para a administração, com a possibilidade de disputa mais acirrada, em decorrência das prorrogações automáticas e considerando o mercado competitivo das empresas prestadoras dos serviços licitados.

6.11. Não será usado o **sistema de registro de preços**, vez que a demanda do órgão é continuada e conhecida em termos quantitativos, não se enquadrando nos pressupostos do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

6.12. Não será permitida a participação de **empresas reunidas em consórcio**. O objeto do presente estudo não se configura como de grande vulto nem exige elevado grau de especificidade, por isso não se enquadra nas hipóteses de contratação de consórcio, o que poderia também gerar dificuldade na gestão do contrato.

6.13. Não será permitida a participação de **cooperativas**, em razão da vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União e ao disposto no

art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017 e por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

6.14. Para comprovação da **qualificação técnico-operacional**, serão requeridos atestados que comprovem 01 (um) ano de experiência na prestação de serviços de vigilância patrimonial e gerenciamento do número de postos equivalentes ao da contratação.

O tempo de experiência que será exigido é compatível com a vigência inicial do contrato, conforme entendimento do TCU em acórdãos recentes. A comprovação da capacidade operacional em postos de trabalho atende ao critério estabelecido na alínea c2, item 10.6, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, e visa aferir se a empresa tem potencial para gerir pessoas e suportar os custos mínimos de administração inerentes à prestação dos serviços, como forma de garantir que ao menos a primeira vigência contratual seja cumprida integralmente e que a Administração, nesse período, possa avaliar os serviços prestados pela contratada.

6.15. Não será permitida a **subcontratação** do objeto, pois o serviço em tela caracteriza-se pela total responsabilização da empresa Contratada. Por tratar-se de dedicação exclusiva de mão de obra, não é indicada a transferência da obrigação da prestação do serviço.

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para o quantitativo de postos, considerou-se as contratações atuais da ALF/STS e DRF/STS, bem como as vulnerabilidades das unidades envolvidas.

7.1. A distribuição dos 16 postos que se pretende contratar se dará da seguinte forma:

Postos	Unidade	Quantidade
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	ALF/STS	3
	DRF/STS	1
	ARF/Guarujá	1
	ARF/Praia Grande	1
	ARF/Itanhaém	1
	ARF/Registro	1
Total		8
Quantidade de Vigilantes	8	
12X36, armado, diurno, de segunda-feira a domingo	ALF/STS	2
	DRF/STS	2
Total		4
Quantidade de Vigilantes	8	
12X36, armado, noturno, de segunda-feira a domingo	ALF/STS	2
	DRF/STS	2
Total		4
Quantidade de Vigilantes	8	

TOTAL DE POSTOS		16
QUANTIDADE TOTAL DE VIGILANTES	24	

7.2. Quantitativo e características dos postos de serviço a serem contratados:

Alfândega da RFB do Porto de Santos	
Posto	Vigilante desarmado, em regime de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira.
Qtde	3
2 (dois) postos atuantes no Edifício Sede da ALF/STS, durante o horário de expediente administrativo, sendo, pelo menos, 1 (um) posto obrigatoriamente ocupado por vigilante do sexo feminino, haja vista a necessidade de acesso a locais de uso exclusivo do público do sexo feminino (banheiros e alojamentos), bem como de eventuais revistas pessoais em indivíduos do sexo feminino.	
1 (posto) atuante no Edifício Anexo da ALF/STS, durante o horário de expediente administrativo.	
Posto	Vigilante armado, em escala de 12 X 36h, de segunda-feira a domingo
Qtde	4
Manutenção dos postos devido as atividades específicas e perigosas realizadas pela unidade, em dois prédios distintos, como, combate ao tráfico internacional de entorpecentes com grande volume de apreensões por ano, sala de armas com a guarda de fuzis e munições, prédio sede com 3 acessos e plantão de atendimento ao público presencial 24 h.	
Delegacia da RFB em Santos	
Posto	Vigilante desarmado, em regime de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira.
Qtde	1
A DRF/Santos conta, atualmente, com cerca de 230 pessoas, dentre servidores, estagiários e terceirizados, além de atendimento ao público externo, realizado no Centro de Atendimento ao Contribuinte de Santos, onde são efetuados em média 500 atendimentos diários.	
Posto	Vigilante armado, em escala de 12 X 36h, de segunda-feira a domingo
Qtde	4
Manutenção do quantitativo atual, diante do histórico de tentativas de invasões e furtos de materiais na sede da Delegacia, volume de atendimento ao público e em função da instalação do canil da Alfândega de Santos na unidade que requer vigilância 24 h.	
Agências da RFB em Guarujá, Praia Grande, Itanhaém e Registro	
Posto	Vigilante desarmado, em regime de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira.
Qtde	4 (1 posto em cada unidade)
Agências circunscritas à DRF/Santos, o atendimento ao público é realizado em um único período, pela manhã. Cada unidade tem em média 15 pessoas trabalhando, incluídos servidores e demais colaboradores.	

8 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A fim de definir o preço máximo aceitável da contratação, em conformidade com as Instruções Normativas SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 65, de 7 de julho de 2021, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- a) Convenção Coletiva do Trabalho Segurança Privada 2022 firmada entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SEVESP, CNPJ nº 53.821.401/0001-79 e, dentre outros, o Sindicato da Categoria Profissional dos Empregados e Trabalhadores do ramo da Atividade de Vigilância e Segurança Privada de Santos e Região, CNPJ nº 54.351.127/0001-84, registrada em 29/12/2021.

A métrica e critérios para composição dos custos da mão de obra, encontram-se detalhadas no Anexo Memória de Cálculo da Planilha de Custo e Formação de Preços.

- b) Preços praticados no âmbito da Administração Pública – Fonte: Pannel de Preços / Contratações Similares;

Foi realizado comparativo entre os valores estimados para a presente contratação com os atualmente praticados em contratações similares da própria Receita Federal do Brasil (8ªRF), e valores contratados em licitações realizadas no exercício 2021 por outros órgãos da Administração Pública Federal no estado de São Paulo, conforme Quadro Comparativo juntado aos autos.

- c) Preços de mercado dos uniformes e equipamentos – Fonte: Sites eletrônicos especializados e/ou de domínio amplo.

Os valores coletados estão detalhados no documento Orçamentos Consolidados juntado aos autos com os documentos comprobatórios como anexo do Relatório de Formação do Preço Estimado.

O custo total estimado para atender a contratação pretendida, no período inicial de 12 (doze) meses é de **R\$ 1.762.439,88 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos)**, conforme abaixo discriminado:

VIGILÂNCIA PATRIMONIAL						
UNIDADE DE MEDIDA – POSTOS						
ITEM	CATMA T	ESCALA / UNIDADE(S)	VALOR UNITÁRIO	QTD E	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (MÁXIMO ACEITÁVEL)
1	23507	44H DIURNO ALF E DRF/SANTOS	R\$ 5.989,92	4	R\$ 23.9959,68	R\$ 287.516,16
2	23507	44H DIURNO ARF/GUARUJÁ	R\$ 6.139,93	1	R\$ 6.139,93	R\$ 73.679,16

3	23507	44H DIURNO ARF/PRAIA GRANDE	R\$ 5.997,83	1	R\$ 5.997,83	R\$ 71.973,96
4	23507	44H DIURNO ARF/ITANHAÉM	R\$ 5.879,46	1	R\$ 5.879,46	R\$ 70.553,52
5	23507	44H DIURNO ARF/REGISTRO	R\$ 5.988,13	1	R\$ 5.988,13	R\$ 71.857,56
6	23647	12X36 DIURNO ALF E DRF/SANTOS	R\$ 11.462,46	4	R\$ 45.849,84	R\$ 550.198,08
7	23957	12X36 NOTURNO ALF E DRF/SANTOS	R\$ 13.263,78	4	R\$ 53.055,12	R\$ 636.661,44
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 146.869,99	
VALOR TOTAL ANUAL						1.762.439,88

O valor máximo aceito para esta contratação será o valor anual estimado na planilha de custos para os itens 01 a 07, descritos na tabela acima.

O valor de referência não terá caráter sigiloso. A não adoção do orçamento sigiloso decorre, inicialmente, do conhecimento que se tem da ampla concorrência existente no tipo de serviço que se pretende contratar. Historicamente, o que ocorre nos Pregões para contratação desse objeto, considerando-se ainda seu relativo baixo custo, é uma concorrência acirrada entre os participantes e, nesse sentido, a divulgação do preço máximo admitido para a contratação é praticamente irrelevante.

9 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento por item do objeto, o critério de julgamento será o de menor preço global, justificando-se, para isso, a agilidade, a economicidade, o ganho de escala e maior eficiência na gestão do contrato. O agrupamento dos itens, se deve à afinidade entre os serviços. Assim, ainda que, em regra, o objeto das licitações deva ser adjudicado por item com o intuito inicial de ampliar o acesso e a competitividade, na contratação em questão não se verifica a viabilidade econômica para tal feito. Isso ocorre porque com o agrupamento desses itens tem-se a possibilidade de obter menores preços finais, pois recai na regra da economia de escala, que nesse caso é necessariamente vantajoso para a Administração.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Contratação em andamento de monitoramento eletrônico por alarme no edifício anexo da ALF/STS, durante o exercício 2022.

11 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está alinhada à Portaria RFB nº 1.342, de 14 de julho de 2014, que trata dos Padrões Nacionais de Despesa no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do

Brasil. Os “Padrões Nacionais de Despesas” estabelecem parâmetros para o correto dimensionamento dos serviços de terceiros a serem contratados.

A Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896, de 10 de dezembro de 2020, trata especificamente dos Serviços de Vigilância, estabelecendo as diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Plano Estratégico Institucional 2021/2023	Aprovado pela Portaria RFB nº 5.078, de 29 de dezembro de 2020.	
	Produzido em consonância com o Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, que instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.	
PAC 2022	21	Prestação de serviço de vigilância e segurança – orgânica – 24 horas diuturnas.

12 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, busca-se suprir a necessidade premente de vigilância patrimonial, indispensável à salvaguarda do patrimônio público, das pessoas que transitam nas unidades abrangidas pela contratação e dos documentos que se encontram nas suas instalações, propiciando, assim, a segurança necessária a garantir a continuidade dos serviços prestados por este Órgão no cumprimento de sua missão institucional.

13 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As Unidades envolvidas na contratação mantêm e sempre mantiveram sucessivos contratos de vigilância e segurança patrimonial, não haverá necessidade de adequações dos ambientes físicos, posto que tudo se encontra adequado às necessidades dos empregados da futura contratada.

14 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Levando-se em consideração as contratações anteriores no âmbito deste órgão e contratações similares em outros órgãos da Administração Pública Federal, não foram verificados riscos de impactos ambientais relacionados à esta demanda, porém cabe à empresa vencedora do certame licitatório realizar um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação na forma pretendida.

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

16 – RESPONSÁVEIS

Membros da Licitação e Contratos:

Gisleine Morgado
Matrícula nº 1296252

Kátia Regina Ferraz Netto
Matrícula nº 1489500

Membros do Setor Requisitante:

Lígia Guicardi Cardoso
Matrícula nº 3344

De acordo.

Rafael Abdala Silva e Silva
Chefe do SEPOL
Matrícula nº 17219701

(Documento datado e assinado digitalmente)

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

Em cumprimento ao que determina o Inciso II do art. 14 da Lei nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e de acordo com as atribuições conferidas nos incisos I e III, § 1º, do artigo 364 do Anexo I da Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. em 27 de julho de 2020, (Edição 142-B, Seção: 1 – Extra), delegadas à Ordenadora de Despesas desta Unidade por meio da Portaria ALF/STS nº 168/2020, publicada no D.O.U em 25 de setembro de 2020, APROVO o Estudos Técnicos Preliminares.

Lilian Abreu de Oliveira Cortes
Ordenadora de Despesas
Matrícula nº 1294489
(Documento datado e assinado digitalmente)